

Triste recorrência

Rogério L. Furquim Werneck*

Ainda impactado pelos casos de corrupção dos últimos anos, está de novo o País engolfado em mais uma deprimente onda de escândalos. Num momento em que as possibilidades de ação coletiva da sociedade brasileira já se afiguravam bastante acanhadas, a descoberta de novas operações de pilhagem de recursos públicos em larga escala, de extensão ainda não integralmente mapeada, volta a deixar o governo aterrorizado e o Congresso, paralisado. Com o descalabro que vem marcando a condução de obras públicas no País, o quadro de atrofia do investimento público torna-se ainda mais alarmante. Acumulam-se evidências de que boa parte do pouco que resta de dispêndio de capital dos três níveis de governo corresponde na verdade a uma formação de capital ilusória, que em nada contribui para aumento de capacidade e redução das gritantes deficiências de infra-estrutura com que se debate o País.

Em longa e instigante entrevista publicada em 28/6 no jornal *Valor Econômico*, o cientista político argentino Manuel Balán sustenta que os sucessivos escândalos nacionais que têm sido observados não só no Brasil, mas também na Argentina e no Chile, não necessariamente refletem aumento de corrupção ou melhora da fiscalização. Sua conjectura é a de que tais escândalos estejam de fato relacionados a conflitos no seio das complexas coalizões políticas que dão sustentação aos governos nacionais nesses países e venham sendo manipulados como instrumento de rearranjo dessas coalizões. O que Balán faz, no fundo, é tratar de forma mais ambiciosa uma velha teoria que, de uma forma ou de outra, tem sido aventada na mídia a cada novo escândalo surgido no País. A idéia é que a oferta de dossiês em Brasília varia pouco. O que varia muito é a demanda. E, em certas circunstâncias, determinados dossiês podem se tornar especialmente valiosos.

É curioso que, entre os países do Cone Sul que também analisa, Balán não tenha incluído o Uruguai. Talvez porque se trate de um país com defesas institucionais contra a pilhagem de recursos públicos bem mais efetivas, que deixam pouca margem para que rearranjos de coalizões políticas problemáticas se façam por meio de escândalos. Seja como for, algum poder explicativo a conjectura aventada por Balán parece ter. Sua aplicação ao caso brasileiro sugere que rearranjos periódicos na coalizão que dá sustentação ao governo têm exigido um grande escândalo a cada ano e meio. Ou, quem sabe, a intervalos até mais curtos, se também forem computados outros episódios ruidosos, como o que tirou de cena o ministro Palocci e abriu espaço para que seus adversários, no PT e no governo, se apropriassem alegremente dos louros da política econômica a que vinham se opondo nos três anos iniciais do primeiro mandato.

Tendo dedicado nada menos que quatro longos meses à montagem da complexa coalizão que supostamente lhe asseguraria tranqüilidade para governar, o Planalto se vê agora diante da possibilidade de ter de se fiar em apoio parlamentar bem menos sólido do que tinha em mente, especialmente no Senado. E, pior, se vê também mais cerceado do que imaginava, para lançar mão dos instrumentos com que contava para manter fiéis as alas menos confiáveis da heterogênea coalizão que a tanto custo montou.

Que conseqüências poderá ter tudo isso para a condução da política econômica? Em primeiro lugar, as de sempre. Tornou-se ainda mais remota a probabilidade de que o governo se disponha a botar à prova seu apoio no Congresso, para fazer avançar a agenda de reformas e ampliar as possibilidades de crescimento da economia. O mais provável é que, na melhor das hipóteses, se atenha ao feijão-com-arroz e se limite a deixar a economia surfar a onda favorável que a economia mundial vem propiciando. Em segundo lugar, as evidências que afloraram nas últimas semanas reforçam as dúvidas sobre a pesada aposta em investimento público que foi feita no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Salta aos olhos que, no quadro de pilhagem que se vem delineando, a eficiência do investimento público tem sido seriamente afetada. A imagem emblemática desta constatação é a contundente foto, amplamente divulgada pela mídia, da fantasmagórica ponte sem acessos, ligando nada a lugar nenhum, à espera de uma estrada que jamais foi feita e, no horizonte relevante, não será.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.